**DOI: https://doi.org/10.36470/famen.2021.r2a34**

Recebido em: 01/09/2021

Aceito em: 18/10/2021

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NA REDE PÚBLICA DE ENSINO**

**TEACHER TRAINING AND THE INCLUSION OF DEAF STUDENTS IN THE PUBLIC EDUCATION NETWORK**

**Sirlene da Silva Oliveira**

Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1967-7460
Lattes: http://lattes.cnpq.br/2312900085244015

Especialista em Gestão e Coordenação Pedagógica

Prefeitura Municipal de Pureza no Rio Grande do Norte, Brasil

1. mail: sirle.2502@gmail.com

**Evanilda de Brito Lopes**

Orcid: [https://orcid.org/0000-0001-7818-3028](https://orcid.org/0000-0001-7818-3028%22%20%5Ct%20%22_blank)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/8822753989770258

Mestre em Ciências da Educação

Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Brasil

E-mail: profaevanildafernandes@gamil.com

**Valdete Batista do Nascimento**

Orcid: [https://orcid.org/0000-0002-6828-7787](https://orcid.org/0000-0002-6828-7787%22%20%5Ct%20%22_blank)
Lattes: http://lattes.cnpq.br/0220056114776777

Mestre em Ciências da Educação com ênfase na Educação de Jovens e Adultos

Faculdade Metropolitana Norte Riograndense, Brasil

E-mail: valdetenascimento2060@gmail.com

**RESUMO**

O presente artigo tem como tema central: A formação do professor e a inclusão do aluno surdo na rede pública de ensino, como também analisa a importância da educação de surdos, dando ênfase no que se refere ao conhecimento das línguas gestuais Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tem como objetivo geral investigar a formação docente e o processo de inclusão do aluno surdo na escola pública, e como objetivos específicos a importância do aluno surdo na sala de aula do ensino regular, e facilitar a compreensão dos conteúdos propostos, e a forma de comunicação estabelecida entre aluno e professor .Definimos inclusão como sendo a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes entre nós. A lei de diretrizes e bases da educação nacional fez com que a educação evoluísse em relação ao desenvolvimento e o compromisso com uma educação de qualidade. Nesse sentido, realiza-se uma pesquisa, com a finalidade de identificar a necessidade de inclusão, avaliando o sistema de ensino na rede pública e as condições propostas para os alunos surdos, podendo assim exercer o seu direito não só a educação como também a inclusão. Os caminhos metodológicos adotados buscaram atender a pesquisa bibliográfica, qualitativa e virtual. A fundamentação teórica se fortalece com teóricos, Coldf Lacerda (2009), Lima (2006), Santos (2009), entre outros pesquisadores, que também foram relevantes para a base teórica deste trabalho. Quanto aos resultados, constatamos que é importante verificar se na prática existem condições necessárias de aprendizagem e atendimento apropriado para o desenvolvimento integral de potencialidades e habilidades na escolarização dos alunos surdos, e principalmente se a inclusão propicia essa aprendizagem.

**Palavras-Chave:** Inclusão. Libras. Formação do professor. Aprendizagem.

**ABSTRAT**

This article has its central theme: Teacher training and the inclusion of deaf students in the public education system, as well as analyzing the importance of deaf education, emphasizing the knowledge of sign languages ​​​​(LIBRAS), Brazilian Sign Language, aims to investigate teacher training and the process of inclusion of deaf students in public schools, and the specific objectives of the importance of deaf students in the regular education classroom, and to facilitate the understanding of the proposed contents, of communication established between student and teacher. We define inclusion as our ability to understand and recognize the other, and thus have the privilege of living and sharing with different people among us. The law of guidelines and bases for national education made education evolves in relation to development and the commitment to quality education. teaching in the public network and the conditions proposed for deaf students, thus being able to exercise their right not only to education but also to inclusion. The methodological paths adopted to meet bibliographic, qualitative and virtual research. The theoretical foundation is strengthened with theorists such as, Coldf Lacerda (2009), Lima (2006), Santos (2009), among other researchers, who are also relevant to the theoretical basis of this work. As for the results, I found that it is important to verify whether in practice there are necessary conditions for learning and appropriate care for the full development of potential and skills in the education of deaf students and, especially, if inclusion provides this learning.

**Keywords:** Inclusion. Pounds. Teacher training. Learning.

**1 INTRODUÇÃO**

A inserção dos portadores de necessidades especiais atualmente no Brasil tem se apresentado como um desafio percebeu e destacou com certo carinho os discentes portadores de necessidades auditivas. A inclusão social, em suas diferentes faces é efetivada por meio de políticas públicas que, além de oficializar, devem viabilizar a inserção dos indivíduos aos meios sociais.

Com isso, o presente artigo tem como tema central: A formação do professor e a inclusão do aluno surdo na rede pública de ensino, como também analisa a importância da educação de surdos, dando ênfase no que se refere ao conhecimento das línguas gestuais (LIBRAS), Língua Brasileira de Sinais, tem como objetivo geral investigar a formação docente e o processo de inclusão do aluno surdo na escola pública, e como objetivos específicos a importância do aluno surdo na sala de aula do ensino regular, e facilitar a compreensão dos conteúdos propostos, forma de comunicação estabelecida entre aluno e professor.

Uma das dificuldades encontradas na inclusão do aluno surdo é o uso da Língua Brasileira de Sinais (Libras), pois ainda não temos profissionais habilitados em quantidade suficiente para atender a toda demanda. Com o aumento de alunos com deficiência auditiva nas salas de aula, outra dificuldade apontada pelos professores no trabalho de inclusão, é a necessidade de obter maior conhecimento sobre a criança para desenvolver procedimentos para atender as diferentes necessidades.

Então para o aluno surdo o eixo principal de aprendizagem é libras, e consequentemente ele deveria saber o português para fazer parte do contexto escolar desenvolvendo assim educação bilingue é tendo seu direito preservado a uma educação de qualidade, é preciso adaptações condizentes com sua necessidade no caso do surdo o foco da nossa inclusão, é necessário o conhecimento da língua natural, assim como a utilização de recursos visuais para melhorar sua aprendizagem.

Portanto, o aluno surdo depende de atitudes do professor para ampliar o seu conhecimento, pois sendo que a principal fonte de comunicação e expressão do aluno surdo é sua língua materna LIBRA. É importante destacar que na escola pública, muitas vezes a criança surda chega sem conhecer a Libras, pois sua família é ouvinte.

 Essa criança já se encontra em desvantagem, pois muitos de nós professores, não sabemos nos comunicar, é nesse momento que se faz necessário um professor bem qualificado em Libras que possa ensinar não só o aluno surdo, mas também os demais alunos, facilitando a comunicação e a socialização, oportunizando o conhecimento de outros universos, garantindo assim de fato a inclusão do aluno surdo na escola pública.

Os caminhos metodológicos adotados buscaram atender a pesquisa bibliográfica, qualitativa e virtual. A fundamentação teórica se fortalece com teóricos como: Lacerda (2009), Lima (2006), Santos (2009), entre outros pesquisadores, que também foram relevantes para a base teórica deste trabalho. Quanto aos resultados, constatei que é importante verificar se na prática existem condições necessárias de aprendizagem e atendimento apropriado para o desenvolvimento integral de potencialidades e habilidades na escolarização dos alunos surdos e, principalmente, se a inclusão propicia essa aprendizagem.

Pois é de um convívio familiar de ouvintes onde foi observada a importância da língua de sinais para que a mesma pudesse entender o que estava sendo trabalhado no contra turno, a mesma conta com o apoio no centro de integralização com o aluno que tenham a oportunidade de conviver com pessoas surdas.

A polarização e/ou tensão entre o domínio da língua oral e da língua de sinais. (ARANTES, 2007, p.10), A partir dessa visão convém repensar a educação de surdos, pois, apenas decretar a obrigatoriedade de ensinar LIBRAS- Linguagem Brasileira de Sinais, aos profissionais que poderão trabalhar com surdos.

Faz-se prioritário garantir não só o acesso à escolarização, mas também a permanência dessas crianças e adolescentes nas escolas através de novas estratégias para que ocorra de fato a aprendizagem, é importante que os professores passem a conhecer e usar a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), e que as escolas públicas proporcionem ambientes educacionais estimuladores facilitando o desenvolvimento dos aspectos cognitivos e social, afetivo e emocional.

Portanto, o trabalho vem mostrar novos padrões teóricos de educação, numa perspectiva de superação no âmbito institucional, social e cultural, possibilitando ao surdo resgatar sua cultura e seu papel político na construção de uma educação em que a minoria de alunos surdos seja realmente reconhecida.

**2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Educação inclusiva social e a inclusão social não é um assunto recente, porém existe um déficit de atenção muito grande, uma vez que sabermos que algum tempo atrás já havia a necessidade de inclusão para esses alunos com deficiência. Compreender o passado e fundamental para interpretar o presente é nortear os caminhos para o futuro, pois sabemos que a inclusão muitas vezes é apenas um faz de conta. No decorrer da história ocorreram várias mudanças, algumas benéficas é outras que acabam mascarando o sentido da educação inclusiva.

Nesse sentido Alarcão (2001, p. 15) nos diz que:

Na escola todos são atores, mas os professores são atores de "primeiro plano" e, consequentemente, devem-se intensificar os esforços para que lhes sejam garantidas as orientações necessárias ao exercício da profissão docente e que, por outro lado, os professores tomem consciência da sua própria profissional idade em termos individuais e coletivos

Nesse sentido, é imprescindível que a criança surda seja exposta o mais
cedo possível à língua de sinais (Libras), com a intenção de que se desenvolve capacidades incompetências linguísticas no mesmo ritmo de uma criança ouvinte.

Segundo Lacerda (2009, p. 53):

O surdo deve ser exposto o mais precocemente possível a uma língua de
sinais, identificada como uma língua passível de ser adquirida por ele sem
que sejam necessárias condições especiais de aprendizagem”. Tal
proposta educacional permite o desenvolvimento rico e pleno da linguagem,
possibilitando ao surdo um desenvolvimento integral.

Portanto, nos dias atuais ainda encontramos vários seguimentos a respeito da educação do surdo, mesmo com a obrigatoriedade em escolas comuns, a família escolhe o que melhor atende as necessidades de cada um, como observamos que vários autores defendem o bilinguismo, que atendem o surdo no aprendizado da língua de sinais a qual a criança deve ser introduzida precocemente para seu desenvolvimento pleno da linguagem, possibilitando futuramente seu aprendizado na língua da comunidade ouvinte em sua modalidade oral ou escrita.

A inclusão é assunto de grande importância, que merece ser destaque nos debates na sociedade. “A criança surda deve se iniciar na escola pública, que deverão ofertar metodologias de ensino e recursos diferenciados, materiais pedagógicos diversificados e, principalmente a aceitação das diferenças interpessoais” (LACERDA, 2009, p . 49-50), tendo em vista que, as crianças surdas são em grande maioria filhas de pais ouvintes, e que os programas de atendimento precoce à criança e à família continuam muito insatisfatórios, elas chegam à escola com um desenvolvimento incipiente da linguagem e sem domínio de uma língua.

A educação inclusiva tem sido muito proclamada nos âmbitos escolares, e para atendermos aos alunos surdos, Pereira (apud QUADROS, 1997), nos indica alguns caminhos que devem ser percorridos para que seja garantido esse direito.

Lima (2006 p. 70), diz que:

As inclusões na escola pública comum ainda encontram-se propostas educativas de base ora lista, e recentemente há uma proposta de aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e da linguagem oral bilinguismo, ou seja, considera-se a possibilidade de aprendizado tanto da língua oral quanto da língua de sinais.

Nesse sentido, quanto à formação dos educadores da escola pública, temos poucos profissionais com conhecimento em Libras e nem intérprete e segundo estudos não temos profissionais suficientes para atender a demanda. Sabemos que a inclusão é um direito de todos, e a escola inclusiva só será de fato inclusiva quando todos assumirem seus papeis, desde o faxineiro, a merendeira, os agentes, os professores a direção e a comunidade, promovendo as mudanças no âmbito escolar.

A proposta da educação inclusiva deve ser analisada dentro do contexto que vivemos, seja ele, social, político, econômico ou educacional. O sistema brasileiro precisa buscar soluções para à diversidade, derrubando todo tipo de barreira física, social e psicológica, que os impeçam de circular no espaço comum. Acredita-se que isso se deriva de nossa sociedade excludente e separatista que cultua a produtividade, o sucesso e a competição.

É preciso definir um caminho mais adequado a nossa realidade, pois hoje se
percebe divergências até mesmo entre os proponentes da própria inclusão. Uma
corrente defende a inclusão incondicional no ensino regular com idade inapropriada,
sem qualquer tipo de suplementação.

Nesse contexto, a linguagem de sinais é uma comunicação Necessária, humanamente dita, é as linguagens orais e escrita, são a forma mais comum de comunicação. A língua utilizada por individuo depende do grupo em que está inserido. Para ouvintes a comunicação se estabelece em termos orais e auditivos. As línguas de sinais ainda não desenvolveram uma representação escrita que tenha sido divulgada e aceita pelas comunidades surdas.

Atualmente essa prática de comunicação tanto por parte do português quanto a libras, buscando ao conhecimento algo mais concreto, para que se faça o uso da prática e o defina tornando o conhecimento mais acessível e definido para todos, podendo haver mais interação com a comunidade surda tornando de fato um verdadeiro convívio sócio Cultural oficialmente inclusivo.

**3 A FORMAÇÃO DO PROFESSOR E SUA CONTRIBUIÇÃO COM O ALUNO SURDO**

A inclusão do aluno especial na sala de aula do ensino regular está sendo incorporada no dia a dia, nas atividades da escola pública, com relação à inclusão de educando surda, mas, devemos proporcionar acesso à cultura surda, a Libras, aos elementos que fortalecem a identidade surda, como também uma educação bilíngue. Assim, como propõe o PNE, Plano Nacional de Educação (2014/2024). Considerando o contexto de inclusão nas escolas regulares de ensino, surge uma série de questionamentos sobre o ensino a pessoa surda.

Para enfrentar os desafios presentes no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo, é essencial compreendermos que a formação do professor precisa ser constituída por práticas que proporcionem a realização do trabalho docente, indo além das teorias que são aprendidas no processo formativo.

Assim, Saviani (2010, p. 53) nos mostra que:

A formação de professores deveria garantir uma sólida cultura que lhes permita atingir uma aguda consciência da realidade em que vão atuar associado a um consistente preparo teórico científico que os capacite à realização de uma prática pedagógica coerente.

No entanto, a formação continuada de professores no Brasil possui uma trajetória histórica e sócio-epistemológica, marcada por diferentes tendências, que não se constituíram, mas que vêm emergindo das diferentes concepções de educação e sociedade presentes na realidade brasileira.

Giroux (1997, p. 29), afirma que:

É preciso defender um processo de formação de professores em que as
escolas sejam concebidas como uma instituição essencial para o desenvolvimento de uma democracia crítica e também para a defesa dos professores como intelectuais que combinam a reflexão e a prática, a serviço da educação dos estudantes para que sejam cidadãos reflexivos.

Desta forma, a postura reflexiva sobre o aprendizado do aluno surdo não requer apenas do professor o saber fazer, mais que ele possa saber explicar de forma consciente a sua prática e as decisões tomadas sobre ele e perceber se essas decisões são as melhores para favorecer o sabre do seu aluno surdo.

Quanto a Lei, n° 10.436/02 que reconhece a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como meio legal de comunicação e expressão e determina que se tenha apoio e difusão da mesma. Para validar esta Lei, o Decreto nº 5.626/05 regulamenta para que alunos surdos tenham a sua disposição a inclusão de Libras como disciplina no currículo escolar, aborda também a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor e intérprete de Libras.

De acordo com Matos (2007, p.2), “as mudanças na organização do processo de trabalho, o avanço tecnológico e os meios de informação e de comunicação da atualidade, ao colocarem novas exigências para a escola, aponta, outros requisitos para a formação dos seus professores.”

Nesse sentido, a LDB, regulamenta a formação dos professores com indicações para a sua formação inicial e continuada assegurado no Art. 62 e, especificamente ao atendimento às pessoas com deficiência, ao indicar para a necessidade de professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular.

Nesta concepção, a formação do professor deve incentivar a apropriação dos saberes pelos professores, rumo à autonomia, e levar a uma prática crítica e reflexiva, abrangendo a vida cotidiana da escola pública e os saberes derivados da experiência docente para lidar com o aluno surdo.

**3.1 O ALUNO SURDO NA SALA DE AULA**

Sabendo-se disso, para incluir esses alunos em salas regulares é preciso que a proposta pedagógica seja reavaliada, atentando-se as necessidades dos discentes, tendo em vista que a comunicação é diferente, exprimindo o contexto linguístico, social e cultural da comunidade surda.

Como afirma Lacerda (2009, p. 120):

A questão da educação dos surdos no Brasil ainda é um problema longe de ter uma solução satisfatória, e que as escolas próprias para surdos, atentas à sua condição bilíngüe e às suas necessidades específicas, são ainda pouquíssimas e, portanto, acessíveis a uma minoria de surdos nesse país.

Nesse contexto, as escolas inclusivas devem fomentar o respeito mútuo, reconhecendo e respondendo às diversas dificuldades de seus alunos surdos, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando e provendo uma educação de qualidade para todos, mediante currículos apropriados, modificações organizacionais, estratégias de ensino, recursos e parcerias com suas comunidades.

**4 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO E AS DIFICULDADES ENFRENTADA NA ESCOLA PÚBLICA**

A inclusão da pessoa com necessidades especiais, no âmbito escolar e as dificuldades enfrentadas na escola pública é um debate atual que demanda a organização de várias propostas de trabalho, pelas especificidades inerentes à pessoa humana e pelas diversas barreiras existentes no contexto escolar.

O início da inclusão no Brasil teve a influência dois eventos educacionais que discutiram o fracasso escolar primeiro evento, a conferência mundial de educação para todos ocorreu na Tailândia em 1990.Durante esse encontro discutiu-se a necessidade do desenvolvimento de uma política educacional de qualidade a qual impossibilitou o atendimento efetivo a um maior número de crianças na escola. Além disso, nesse evento destacou-se a importância do serviço que atendesse aos alunos tanto aqueles considerados normais, quanto aqueles com necessidades especiais.

Assim, a Declaração de Salamanca (1994), defendem que o princípio norteador da escola deve ser o de propiciar a mesma educação para todas as crianças, atendendo às demandas delas. Nessa direção, a inclusão traz como eixo norteador a legitimação da diferença.

O segundo evento a conferência de Salamanca, ocorreu em 1994 na Espanha. Foi durante esse evento que o conceito de escola inclusiva passou a ser discutido de forma mais sistemática. Seu principal objetivo segundo Borges e Salomão (2004, p. 86), era o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade centradas no aluno oferecendo oportunidade de aprendizagem a todos.

Para isso, a escola como instituição que legitima a prática pedagógica e a formação de seus alunos, precisa romper com a perspectiva de adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagem de todos. Contudo, ainda da Declaração de Salamanca (1994), defende que as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, e estas devem se adequar por meio de uma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro de suas necessidades

De acordo com Sassaki (2006, p. 86), aponta que:

No acesso do ensino regular a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto que a inclusão propõe a inserção total. Para isso, a escola, como instituição que legitima a prática pedagógica e a formação de seus alunos, precisa romper com a perspectiva homogênea e adotar estratégias para assegurar os direitos de aprendizagem de todos.

Percebe-se que, a inclusão escolar exige do sistema educacional e dos nossos representantes novos posicionamentos e propostas efetivas que implicam na valorização da cultura surda, cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos profissionais que os recebem. Cremos que, a inclusão possibilita a interação e a integração dos alunos surdos com ouvintes, para benefício todo o grupo, pois a convivência entre eles permite a ampliação de valores e o reconhecimento de que cada um tem suas particularidades, desenvolvendo uma percepção de igualdade.

Quadros (2003, p. 88), defende que:

Ser diferente e as consequências implicadas nestas diferenças é que devem ser matéria de reflexão e análise ao se pensar em educação para todos. A proposta aqui é de se pensar em uma educação possível para surdos considerando as peculiaridades das experiências. Educação para todos, então, passa a ser entendida como a educação que reconhece as diferenças.

Nesse sentido, percebemos a importância de respeitar as diferenças que compõe a pessoa surda, não apenas importante, porém necessário para se ter de fato e verdade, a educação para todos.

Assim, o ensino com surdos incluídos na escola pública focaliza as experiências de um grupo de professores da escola municipal de Pureza/RN as quais puderam verificar em sala de aula, Se a inclusão está realmente contribuindo para o desenvolvimento social intelectual do aluno surdo, com respeito às diferenças igualdade de direitos e de participação no universo escolar, de forma a garantir uma educação de qualidade para esses alunos, assim como identificar os limites e possibilidades apontados por estes professores na sua prática pedagógica juntos a estes alunos.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluímos que o processo formativo do professor para trabalhar com o aluno surdo envolve a construção de planejamentos pedagógicos que visem incluir o aluno especial na escola pública, tornando a Libras instrumento de comunicação e acesso ao conhecimento.

Assim, as dificuldades enfrentadas pela escola para incluir o aluno surdo no seu âmbito educacional e lhe oferecer um serviço de qualidade, perpassa as estruturas físicas, de uma visão inclusiva do quadro de professores que tem a preocupação com o aprendizado desse aluno, e o mais grave, dos professores, reflete o quanto as ações do poder público que precisam agilizar a questão para o aluno surdo receber os benefícios que lhes são garantidos por lei, mas em que ainda continua na marcha lenta da burocrática dos órgãos públicos.

Com o estudo dessa temática foi perceptível ver a forma de inclusão na rede pública de ensino, diante disso nos sentimos motivadas a conhecer a realidade de ensino dos professores e alunos surdos incluídos no ensino regular. Porém entendendo que mesmo com essa visão e ação inclusiva a escola precisa além de professores que lutem para inclusão dos surdos na escola pública.

Para que a inclusão do aluno surdo avance, é imprescindível que haja o esclarecimento dos alunos ditos normais, os familiares e de toda comunidade escolar e, ainda é preciso redimensionar as diretrizes norteadoras da ação dos órgãos públicos, da ação governamental global, dos investimentos financeiros, a partir da visão dinâmica das condições da pessoa com deficiência surda.

**REFERÊNCIAS**

ARANTES, V. A. (Org). **Educação de surdos**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2007.

BRASIL. **Declaração de Salamanca** e de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasilde 1988**.Brasília, DF, 1988.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Educação Inclusiva**: documento subsidiário à Política de Inclusão. Brasília:
MEC/SEESP, 2005.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Brasília, 2002. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 7jul. 2021.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação nº 13.005/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/planos-de-educacao>. Acesso em: 05 jul. 2021

BORGES, L. C.; SALOMÃO, N. M. R. **Aquisição da Linguagem:** Considerações da Perspectiva da Interação Social. In: Eduardo Remor. (Org.). Psicologia: Reflexão e Crítica, 2004

GIROUX, H. A**. Os professores como intelectuais**: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras**: em atuação na educação e no ensino fundamental. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LACERDA. C. B. F. **A inclusão de alunos surdos:** O que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência, vol.26, Campinas, 2009

LARCÃO, I. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

LIMA, P. A. **Educação Inclusiva e Igualdade Social**.São Paulo: Avercamp, 2006.

MATOS, M. C. Currículo, formação inicial do professor e saber docente. **Revista Vertentes**. Edição temática –Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora, n.29, 2007.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos**: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M.; ACHMIEDT, M. L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC, SEESP, 2006.

SANTOS, B. de S. Uma concepção multicultural de Direitos Humanos. Lua Nova. **Revista de Cultura e Política**. Governo e Direitos – CEDEC, n. 39, p. 122.

SAVINI, D. Formação de Professores. In: **Interlocuções Pedagógicas**: Entrevista ao Jornal das Ciências USP de Ribeirão Preto em 2004. [S.l.]: Editora Autores Associados, 2010.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.